

AS RELAÇÕES DE SABER-PODER QUE SE ESTABELECEM EM DOCUMENTOS QUE REGEM O ENSINO MÉDIO

Adriana Ferreira de Souza (Pós Crítica/UNEB)¹

Resumo: Neste trabalho, vamos analisar documentos oficiais que regem o Ensino Médio, mais especificamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), os quais servem de base para O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de Língua Portuguesa, seus princípios e procedimentos, objeto desta pesquisa. Nesta fase inicial da pesquisa, temos como objetivo entender os sentidos que se encontram arquivados nesses documentos sobre educação no Brasil, publicados na contemporaneidade, para que se possa progredir na construção do objeto de pesquisa, com força de interface com o conceito de textos escritos e seus modos de produção, dando ênfase à área de Língua Portuguesa, no que tange ao exercício de interpretação, de forma que possa abalar o discurso da metafísica ocidental, tendo em vista a formação do aluno do Ensino Médio; além de visibilizarmos possíveis processos disciplinares — relação de saber poder — presentes nestes documentos. A pesquisa fundamenta-se na leitura de textos sobre a questão; teóricos como Koch, Orlandi e outros da área da Crítica Cultural: Foucault, Silvano Santiago, entre outros, sustentam esse estudo. A metodologia segue a orientação da pesquisa documental e bibliográfica, numa abordagem qualitativa, a partir da análise dos PCN em interface com a BNCC, articulados ao referencial teórico. Espera-se com esta pesquisa que os documentos supracitados apresentem distinções teóricas e estratégias metodológicas para a prática e análises que propomos. Em suma, o presente estudo pode apresentar novas formas de leituras para uma prática pedagógica com mais qualidade.

Palavras-chave: BNCC. Ensino Médio. PCN. Saber-poder.

INTRODUÇÃO

Os documentos educacionais oficiais foram elaborados visando melhorar o ensino básico no Brasil e a universalização do ensino. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação — MEC, com base na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), são responsáveis pela construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN e a BNCC, aprovada recentemente em dezembro de 2017.

Com base nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar documentos oficiais que regem o Ensino Médio, mais especificamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), como estratégia de busca para que se possa progredir na construção do objeto de pesquisa, com força de interface com o conceito de textos escritos e seus modos de produção do Laboratório Fábrica de Letras, dando ênfase à área de Língua Portuguesa, no que tange ao exercício de interpretação, tendo em vista a formação do aluno do Ensino Médio. Além de visibilizarmos os processos que movem a relação de saber poder que funcionam como instrumentos de regulação, de controle do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A pesquisa está fundamentada com base na leitura de textos sobre a questão. Teóricos como Koch, Orlandi e outros da área da Crítica Cultural: Foucault, Silvano Santiago, entre outros,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, identidades e formação de educadores. Orientadora: Profa. Dra. Maria Neuma Paes. Endereço eletrônico: afsadriana73@gmail.com.

sustentam esse estudo, tendo como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica, numa abordagem qualitativa, a partir da análise dos PCN e da BNCC, articulados ao referencial teórico.

O presente trabalho trata num primeiro momento a introdução, onde se faz um apanhado sobre o referido trabalho; tem como segundo momento tratar das concepções e estrutura dos PCN e da BNCC no que concerne à Língua portuguesa e no terceiro momento a análise de tais documentos pautados no pressuposto de que mecanismos disciplinares podem estar presentes em seu discurso.

O tema em questão é significativo à construção do objeto de pesquisa, uma vez que adiciona reflexões de documentos curriculares oficiais, quanto à análise e interpretação de texto em Língua Portuguesa e os mecanismos disciplinares que regulamentam as práticas educacionais no Brasil. Sendo assim, o presente estudo pode apresentar novas formas de leituras para uma prática pedagógica com mais qualidade, colaborando na educação do ensino médio.

O trabalho de pesquisa se constitui, a princípio, em abordagens teóricas que irão sustentar as análises dos PCN e da BNCC, no que diz respeito à Língua Portuguesa, para o Ensino Médio.

AS HABILIDADES PROPOSTAS PELOS PCN E PELA BNCC

Os PCN apontam como objetivo principal orientar os professores em sua prática pedagógica, de acordo as localidades, abrangendo tanto a rede pública quanto a rede privada de ensino. Apoiado em competências básicas, buscam a contextualização do conhecimento escolar, a interdisciplinaridade e o incentivo do raciocínio crítico dos alunos, bem como a sua capacidade de aprender, buscando novas abordagens e tecnologias.

Com o aumento de informações de novas tecnologias, são colocados novos parâmetros para a formação do aluno do ensino médio, onde “o alvo principal é a aquisição de conhecimentos básicos para a preparação e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas à área de atuação” (PCN, 2000, p. 5), que não deve se resumir apenas na base comum, mas no currículo como um todo, possibilitando a formação geral do aluno.

Para a elaboração dos PCN do Ensino Médio, propuseram a reorganização do currículo por área de conhecimento, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento dos conteúdos, numa perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização (PCN, 2000, p. 7).

Em dezembro de 2017, ocorreu a aprovação da BNCC, documento que representa mudanças para o ensino em todo o Brasil. Sua criação já estava prevista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, mas passa a ser definida como uma meta pelo Plano nacional de Educação (PNE) somente em 2014. A última versão da BNCC para ao ensino médio foi entregue em abril de 2018, mas poderá sofrer algumas alterações até a sua implementação em todo o país.

A Base não pode ser confundido enquanto currículo, mas deve estar ligada à reestruturação dos currículos estaduais e municipais, relacionados às aprendizagens essenciais e à parte diversificada, seguindo os preceitos estabelecidos nesse documento, conforme afirma no fragmento abaixo:

as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passarão a ter uma referência nacional comum e obrigatória para a elaboração dos seus currículos e propostas pedagógicas, promovendo a elevação da qualidade do ensino com equidade e preservando a autonomia dos entes federados e as particularidades regionais e locais (BNCC, 2017, p. 5).

Do ponto de vista operacional, com relação à área de Língua portuguesa, podemos dizer, com base em Koch (2007, p. 11) que os PCN apresentam pressupostos teóricos da Linguística Textual, pois aponta o texto como objeto de estudo. O conceito de texto, segundo os PCN+ (2002, p. 60), refere-se a “um todo significativo e articulado, verbal ou não-verbal”. Para Marcurschi (2008), a distinção entre texto e discurso está se tornando algo complexo, uma vez que são consideradas como duas coisas diferentes, mas que podem ser usadas como intercambiáveis, sem que o resultado seja prejudicado.

Segundo Koch (2018), a Linguística Textual passa a conceber o texto como um ato de interação, descrevendo e explicando a língua dentro de um contexto em que se deve considerar suas condições de uso necessárias para a interpretação e produção de textos. O texto deixa de ser definido “como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção” (KOCH, 2018, p. 26).

Com base no pressuposto que o texto é uma unidade de ensino, pode-se abordá-lo sob dois pontos de vista:

Considerando os diversos aspectos implicados em sua estruturação, a partir das escolhas feitas pelo autor entre as possibilidades oferecidas pela língua; Na relação intertextual, levando em conta o diálogo com outros textos e a própria contextualização (PCN+, 2002, p. 60).

O que torna o homem ser reconhecido pelos textos que produzem, gerando intertextos diversos, que se diferenciam pelo aspecto sócio-histórico-cultural de seus sujeitos.

Santiago (2005) diz que, ao se fazer a análise interpretativa de uma obra literária, se deve valorizar o que se convencionou a chamar ‘texto de apropriação’, ou seja, texto que, para sua leitura exemplar, “nos remete a outro(s) texto(s), texto que deixa ver em sua *transparência* outros textos.” (SANTIAGO, 2005, p. 207). O que significa que os textos não são considerados isoladamente, mas pelo diálogo entre os mesmos. Ainda afirma Koch (2017) que

na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que — dialogicamente — nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2017, p. 44).

Sobre o diálogo entre textos, Santiago salienta que o processo de interpretação textual pode então ser definido a partir de três conceitos: a diferença, a transgressão e a contradição. É na

apropriação do texto histórico que se percebe o processo de transgressão dos valores da cultura dominante. A contradição se afirma pela diferença, na medida em que os estudos literários retomam ao registro do passado somente pelo ponto de vista do colonizador, para recolocá-lo na perspectiva do colonizado (SANTIAGO, 2005). O que implica na identificação do sujeito/autor por não apresentar claramente o autor da diferença.

Partindo dos pressupostos da Linguística Textual, os Parâmetros Curriculares Nacionais, no que tange o ensino da língua portuguesa no ensino médio, “buscam desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura” (PCN +, 2002, p. 55).

Quanto ao ensino médio, a BNCC traz algumas alterações em sua estrutura, uma vez que passa a indicar os objetivos e as competências por áreas de conhecimento, a valorização “do protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos, que constituem-se em trajetórias de formação dos estudantes, para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes” (BNCC, 2018, p. 467), substituição de um modelo único por um modelo diversificado e flexível de currículo. Embora diga que há vários itinerários formativos, os mesmos não estão claros no documento supracitado. Também define as aprendizagens essenciais que devem garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências gerais com o objetivo de desenvolvê-las durante todo o ciclo da educação básica.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BNCC, 2017, p. 8).

A BNCC define competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p. 8).

No que concerne à Língua Portuguesa, as habilidades desse componente serão organizadas por campo de atuação social, o que, segundo o documento, “permite orientar possíveis progressões na definição anual dos currículos e propostas pedagógicas da cada escola” (BNCC, 2017, p. 477).

As habilidades de Língua Portuguesa estão organizadas nesses cinco campos de atuação social. Além disso, ainda que uma mesma habilidade possa estar a serviço de mais de uma competência específica da área de Linguagens e suas Tecnologias, indica(m)-se aquela(s) com a(s) qual(is) cada habilidade tem maior afinidade (BNCC, 2018, p. 498).

O campo social são um dos principais eixos organizadores dessa área, pois propõe que os estudantes vivenciem “experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias (impressa, digital, analógica), vinculadas com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs,

o trabalho e a continuação dos estudos” (BNCC, 2017, p. 477). Entretanto, nenhum dos documentos oficiais supracitados utiliza a experiência como um exercício de reelaboração do sujeito (aluno) dentro da realidade que ele está vivenciando, fazendo com que o homem possa retornar a sua experiência como sujeito através da língua e da linguagem (AGAMBEN, 2005). Segundo a BNCC, o ensino de Língua portuguesa tem por objetivo

Aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais multissemióticos e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que acercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (BNCC, 2018, p. 490).

A BNCC dá continuidade aos pressupostos teóricos da Linguística Textual, uma vez que, para o desenvolvimento de habilidades relacionadas às práticas de linguagem, orienta a articulação de semioses para a produção de sentidos que, segundo Koch (2018), “não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação.” (KOCH, 2018, p. 30). Segundo a Base, “tal desenvolvimento deve ser pautado pelo respeito, pela ética e pela rejeição aos discursos de ódio” (BNCC, 2018, p. 490).

Assim, podemos perceber no objetivo de ensino da LP, a atividade de análise textual e seus funcionamentos, própria da atividade estruturalista. Segundo Santiago (2005), esse tipo de análise não contempla mais o exercício de interpretação no campo literário, pois as considera como uma leitura opaca, uma vez que compreendem o texto como um todo fechado, sem compreendê-los em sua diferença.

Tanto os PCN como a BNCC propõem uma atividade analítica estrutural, com base na compreensão do texto, como um todo fechado. A atividade estruturalista vai desmontar o texto para descobrir o objeto, reconstituí-lo para se chegar a um simulacro. Dessa forma, ao reconstituir o texto, coloca-se em movimento “o mecanismo interno das funções ou o jogo relacional entre os elementos no interior do objeto” (SANTIAGO, 2005, p. 204).

Todos os campos trabalhados na área de LP no ensino médio, trabalham com os mesmos eixos de leitura produção de textos, oralidade (escuta e produção oral) e análise linguística/semiótica do ensino fundamental, “cabendo ao ensino médio sua consolidação e complexificação e a ênfase nas atividades relativas à análise, síntese, compreensão dos efeitos de sentido e apreciação e réplica” (BNCC, 2018, p. 492).

Vale ressaltar que a BNCC propõe ao trabalhar com as diversas formas de linguagem, um exercício de reflexão sobre “a análise dos elementos discursivos, composicionais e formais nas diferentes semioses” (BNCC, 2018, p. 479), mas não se refere à análise discursiva da linguagem.

Segundo Orlandi, a análise do discurso trabalha com a língua em movimento, compreendendo o seu sentido, com o objetivo de transformar o homem e a realidade em que ele vive. Enquanto a Linguística Textual trabalha com o que o texto quer dizer, a análise do discurso “procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado” (ORLANDI, 2015, p. 15-16).

AS RELAÇÕES DE SABER-PODER QUE SE CONSTITUEM NOS PCN E NA BNCC

Para tratar das relações de saber-poder, Foucault articula esses dois conceitos. Para ele, o saber está articulado ao poder por meio do discurso da racionalidade, efetivando-se sobre os indivíduos pelo Estado e por procedimentos disciplinares. Sendo assim, a formação discursiva não tem relações estreitas com a ideologia, mas com os saberes e poderes, com o objetivo de descrever os mecanismos de constituição das ciências humanas.

Dentro desse contexto, os documentos oficiais, PCN e a BNCC, funcionam como instrumentos de regulação da Educação pelo Estado Brasileiro, que permitem a parametrização da educação pelos Conselhos Estaduais e Federais, além das organizações internacionais que medem os índices de desenvolvimento com base nos dados apurados, conforme podemos observar nos fragmentos abaixo:

Este documento tem como finalidade delimitar a área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias, dentro da proposta para o ensino médio, cuja diretriz está registrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 [...] (PCN, 2000, p. 4).

A BNCC é um documento plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo inspirado nas mais avançadas experiências do mundo. A partir dela, as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passarão a ter uma referência comum e obrigatória para a elaboração dos seus currículos e propostas pedagógicas, promovendo a elevação da qualidade do ensino com equidade e preservando a autonomia dos entes federados e as particularidades regionais e locais (BNCC, 2018, p. 5).

Compreendemos então que a regulação são mecanismos, por meio dos quais o sistema educacional orienta os seus protagonistas no âmbito educacional. O que nos permite concluir que estes documentos são instrumentos que controlam o comportamento dos sujeitos e os induzem a executar determinadas ações a fim de que professores e escolas, currículo, todo o sistema educacional público e privado, em âmbito nacional, se submetam às orientações desses arquivos institucionalizados.

Os PCN e a BNCC fazem uso de estratégias retórico-argumentativas, próprias do discurso científico, por meio de citações de pesquisadores com o intuito de convencer o leitor-professor da veracidade dos documentos, como podemos observar no seguinte fragmento:

Ainda segundo Perrenoud, a opção por privilegiar as competências está em duas constatações: por um lado, a transferência e a mobilização das capacidades têm de

ser desenvolvidas em etapas e situações didáticas apropriadas; por outro, a transferência de capacidades e conhecimentos não é trabalhada suficientemente na escola (PCN+, 2002, p. 30-31).

O trabalho é princípio educativo à medida que proporciona compreensão do processo histórico de produção científica tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação de condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e sentido humanos (Parecer CNE/CEB n. 5/201164) (BNCC, 2018, p. 497).

Assim, os documentos oficiais supracitados utilizam de procedimentos disciplinares para a valorização do discurso que considera verdadeiro. As relações de força e os efeitos de verdade presentes no fragmento acima, confirmam o pensamento de Foucault (1987) de que o poder pode desempenhar um papel não somente repressivo, mas produtivo, gerando discursos com efeitos de verdade, que exclui, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde; os efeitos do poder podem ser positivos porque produzem realidade, produzem “campos de objetos e rituais da verdade em que o indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 1987, p. 161).

A BNCC, ao tratar do campo de estudo e pesquisa, propõe projetos de investigação sobre a linguagem e a língua, considerando que o seu processo de compreensão e interpretação são mutáveis, o que corrobora com o pensamento de Foucault (2012) quando coloca como não verdadeiros os enunciados, pois não os considera como discursos prontos, acabados. É o que podemos observar no fragmento abaixo:

Cabe também ampliar a compreensão dos jovens sobre a linguagem e a língua, vistas como objetos de pesquisa. Dessa forma, contribui-se para a compreensão de procedimentos de investigação da área e para o entendimento de que os conhecimentos sobre as línguas e as linguagens são construções humanas situadas sócio-historicamente. Sendo assim, elas são passíveis de interpretação e mudança, não se constituindo em verdades únicas e imutáveis (BNCC, 2018, p. 507).

Segundo os PCN+, as competências estão relacionadas aos saberes, uma vez que são recursos cognitivos utilizados para solucionar situações-problemas. Esses saberes produzidos são resultados de procedimentos disciplinares que para exercer-se é obrigado a utilizar aparelhos de acumulação do saber. Assim sendo, a formação e o acúmulo de conhecimentos multiplicam os efeitos do poder (FOUCAULT, 1987). Podemos constatar no fragmento retirado do documento supracitado:

Não se pode tomar o aluno como um receptor passivo dos conhecimentos ministrados pelo professor. Na interação que se estabelece com o assunto, professor e os colegas, o aluno deve tornar-se sujeito da própria aprendizagem, revelando autonomia para lidar com a construção do conhecimento (PCN+, 2002, p. 61).

Com relação ao ensino de literatura, os PCN e a BNCC convergem ao sugerir a leitura do texto literário como núcleo do ensino médio. Porém os PCN se prendem a história da literatura, uma prática rotineira no ensino de literatura, mas não orientam como romper com ela. Já a BNCC inova

ao propor uma experiência literária que possibilite a ampliação de horizonte e a reflexão sobre o que está escrito, conforme observamos nos trechos abaixo:

Considera-se mais significativo que ensino médio dê especial atenção formação leitores, inclusive das obras clássicas de nossa literatura, do que mantenha a tradição de abordar minuciosamente todas as escolas literárias, com seus respectivos autores e estilos (PCN+, 2002, 71).

A literatura possibilita uma ampliação da nossa visão do mundo, ajuda-nos não só a ver mais, mas a colocar em questão muito do que estamos vendo/vivenciando (BNCC, 2018, p. 491).

Segundo Barthes (2013), a história da literatura só existe porque o homem sente a necessidade de representar o real. Para ele, somente a literatura deveria ser ensinada, uma vez que é a única que nos permite ouvir a língua fora do poder; além de mobilizar vários saberes, sem se fixar em nenhum deles.

Tratando da avaliação, os PCN+ propõe uma ampliação da avaliação escolar, que ela não seja realizada apenas num momento específico, no final de cada unidade, mas que seja um processo contínuo da aprendizagem vivenciada pelos alunos durante o ano letivo. Já a BNCC não aborda esse assunto. Por meio do aparelho de escrita, o exame pode constituir o indivíduo como um objeto descritível, analisável, individualizando-o dentro de suas especificidades, “mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente” (FOUCAULT, 1987, p. 160).

Outro ponto de convergência entre os PCN e a BNCC, referem-se à políticas de formação continuada de professores para a implementação das mudanças no processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. O que “requer um profissional qualificado, e principalmente atualizado diante de teorias da linguagem que ganham espaço na escola” (PCN+, 2002, p.85).

CONCLUSÃO

Com base na análise dos documentos oficiais — PCN e BNCC — podemos observar que os mesmos propõem uma organização do currículo por área de conhecimento, baseados em competências que servem de base para a escolha do livro didático do ensino pelo PNLD de Língua Portuguesa, um instrumento está atrelado a outro, e assim tece-se a relação de saber-poder. Trata-se de instrumentos estrategicamente pensados, que mantêm uma relação estreita entre eles, com a finalidade de regulação e, por conseguinte de avaliação da Educação no Brasil.

Tratando da área de Língua Portuguesa, os documentos supracitados perpassam pela Linguística Textual, uma vez que tem como objeto de estudo o texto/discurso como unidade de ensino. Ambos os documentos, colocam a leitura do texto literário como núcleo fundamental do ensino médio. Porém, a BNCC inova, em relação a outras abordagens de base estruturalista, ao

propor a leitura literária como ampliação da visão de mundo e a reflexão sobre o que está escrito. Trata-se de documentos que se respaldam em um saber constituído cientificamente, que têm o respaldo da ciência da linguagem, na Linguística.

Nos PCN e na BNCC, as relações de saber e poder estão presentes por meio de mecanismos disciplinares, de forma articulada, nos discursos que envolvem as práticas educacionais. Revelam marcas de manutenção do poder, através de estratégias retórico-argumentativas no sentido de persuadir o sujeito-leitor (professor) a cumprir o que está estabelecido por lei, para valorização do discurso que considera verdadeiro. Os saberes produzidos por essas técnicas são resultados de procedimentos disciplinares que para exercer-se é obrigado a utilizar instrumentos de acumulação do saber que multiplicam os efeitos de poder.

Com a BNCC, o aluno poderá escolher a área que deseja seguir, a partir de um saber construído durante a atividade de conhecer na primeira fase do ensino médio, o que resulta no empoderamento do aluno (protagonismo juvenil), proposto pelo documento, mas que diante do contexto educacional atual, onde não há investimentos que possam fortalecer as escolas, valorizando o profissional de educação e os espaços escolares, dando de fato oportunidades educacionais aos jovens, torna-se inviável uma efetiva implementação dessa nova Base em todo o país.

De um modo geral, a nova BNCC, diferentemente dos PCN, define apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática, dentro de suas áreas de conhecimento; além disso, os itinerários, que servem de orientação para a trajetória de formação do educando, deverão ser construídos pelas redes, pelos conselhos estaduais de educação e pelas escolas.

Dessa forma, a BNCC passa a ideia falsa de que os alunos têm cinco opções para escolher e se dedicar a uma área específica em um determinado momento. Porém, as escolas públicas não têm professores formados nas respectivas áreas do conhecimento, tais como Química, Física, Geografia e História, gerando frustração aos jovens quando verificar que essas cinco opções não existem. Dessa forma, a BNCC, construída a partir da Lei do Ensino Médio, não assegura os conhecimentos necessários ao educando, dificultando a sua entrada em universidades, o que pode ser um golpe na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2014.

BARTHES. Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Trad. e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. — São Paulo: Cultrix, 2013.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Curricular Comum - BNCC*. Disponível em: <http://cbasenacionalcomum.mec.gov.br/>.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/Semtec, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. PCN+ Ensino Médio. *Orientações Curriculares Nacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/Semtec, 2002. Disponível no endereço: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura fraga de Almeida Sampaio. – São Paulo: Edições Loyola, 2014. – (Leituras filosóficas)
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. – 2. ed., 1. reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.
- KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. – 10. ed., 5. reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- REVEL, JUDITH. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SANTIAGO, Silvano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.